indīretos põem Senadores em risco maioria da Arena

Brasília — O Senado poderá deixar de ser, nos próximos meses, a garantia do Governo de que nada será aprovado no Congresso Nacional sem a sua autorização, caso se efetive a rebelião que alguns arenistas vem articulando. A revolta na bancada está ligada à reação de vários Senadores ao chamado "Portelão", Partido que substituiria a Arena e no qual os atuais Senadores arenistas teriam de se filiar.

Nesta semana, um Senador indireto disse ao Senador Pedro Simon (MDB-RS) já ter comunicado em reunião da bancada que não aceitará mais as ordens para votar contra ou a favor de um projeto sem que o Governo lhe explique, pelo menos através da liderança, as suas razões. Em reunião da Comissão de Finanças, o Senador Simon pediu aos arenistas que não fizessem "o Senado reacionário, votando sempre contra".

Independente

Ao contrário do planejado pelo ex-Presidente Geisel e talvez até pelo atual Ministro da Justiça. Sr Petrónio Portella, a rebelião no Senado está sendo articulada, basicamente, pelos Senadores eleitos indiretamente e que, segundo as previsões, votariam sempre de acordo com as instruções do Governo. Alguns deles sentem como que uma necessidade da revolta para se afirmarem.

Os Srs Alexandre Costa (Arena-AM) e Gastão Muller (Arena-MT), que consideravam certo se elegerem caso disputassem as eleições diretas, são os mais insatisfeitos. Nenhum dos dois esconde o seu pensamento, o de que é impossível continuar como está. O Sr Alexandre Costa, mesmo sendo amigo pessoal do líder arenista, Sr Jarbas Passarinho (PA), não tem comparecido às reuniões da bancada. Ele rejeitou, em junho último, o apelo do líder para que votasse contra as eleições di-

Durante algum tempo o Sr Gastão Muller procurou incentivar o Senador Tancredo Neves (MDB-MG) para que ele liderasse a formação do Partido Democrático Independente. Agora, desistiu. Mantém as articulações em torno do PDI, mas já não o considera tão necessário. Pelo contrário, o PDI, enfatiza, "será um Partido sem dono e nós o constituiremos assim que chegar ao Congresso a nova lei de organização partidária". Acha que dele participarão cinco ou seis Senadores da Arena e quatro ou cinco moderados do MDB.

Os silenciosos

Do grupo fazem parte, com mais discrição, os Senadores Affonso Camargo (Arena-PR) e Murilo Badaró (Arena-MG). O primeiro, considerado hoje um dos grandes articuladores políticos do Senado, é mais ostensivo do que o segundo, talvez porque no Paraná não haja condições de se compor novamente com o grupo do Deputado Paulo Pimentel (Arena-PR), mesmo que o atual Governador do Estado, Sr Ney Braga, o deseje. O Sr Camargo chegou a presidente do Diretório Regional da Arena depois de ter sido atualmente membro do MDB.

Entre os senadores diretos, tem-se como inevitável que o Sr Mendes Canale (Arena-MS) venha a apoiar o PDI, caso este venha a existir. Ex-pessedista, o Sr Canale, que ainda esta semana almoçou com o Ministro da Justiça, não está satisfeito com o **Portelão** e já declarou que não há qualquer possibilidade de seu grupo continuar no mesmo Partido que o Senador Pedro Pedrossian (Arena-MS). Ele pretende, inclusive, apresentar um projeto estabelecendo que nas eleições municipais, ainda marcadas para o próximo ano, os candidatos poderão ser apresentados por blocos parlamentares independentes.

Keacionário

No processo de revolta da bancada arenista, ainda contido pelo Senador Passarinho, influem vários fatores. O primeiro deles, o mais forte, resulta das frequentes criticas aos parlamentares arenistas de que eles se limitam a cumprir as ordens do Executivo, constituindo o Partido do amém. Na sexta-feira última, em discurso no plenário, o Senador Pedro Simon usou este argumento irritando o Sr Aloísio Chaves (Arena-PA). Da mesma forma, o Senador Paulo Brossard (MDB-RS) o fizera com o Senador Passarinho, há quase dois anos, quando insinuou que entre o Presidente da República e o Brasil a Arena ficava com o Presidente.

Entre os senadores indiretos, esse sentimento é agravado pelo fato de que eles têm sido mais criticados e qualquer voto que dêem a favor do Governo é logo considerado como um pagamento pela nomeação. Foi exatatamente por isto que um deles, na última quinta-feira, justificou-se para o Senador Simon, dizendo que já comunicara à bancanda que não estava mais disposto a votar contra ou a favor sem saber os motivos.

O Senador Simon, na última reunião da Comissão de Finanças, prosseguiu na sua estratégia de forçar a independência dos senadores arenistas, explorando-lhes, habilmente, a vaidade. Aprovou dois projetos (o cadastro de promitentes compradores de imóveis rurais e o plano de moradias para as populações com renda inferior a cinco salários minimos), dizendo que o fazia porque os parlamentares oposicionistas tinham liberdade para votar de acordo com sua consciência.

Pediu aos senadores arenistas que não continuassem votando de acordo com as ordens, sem examinar melhor os projetos, e, sobretudo, que não fizessem do Senado o órgão reacionário do Congresso, incumbido de rejeitar todos os projetos inconvenientes para o Governo que tivessem sido aprovados pela Câmara. Os senadores não podiam ficar submissos enquanto os deputados tinham mais liberdade. Na saída da Comissão, em caráter informal, um senador indireto o procurou para lhe falar do que ele já se rebelara contra isto.